

GREVE

Informativo do
Comando de
Greve da ADUEFPB

UEFPB, João Pessoa - Paraíba

16 de Julho de 2003 - Nº 01

Contra a Reforma e em defesa da Previdência

DEPOIMENTOS DE PROFESSORES NOTÁVEIS DA USP, UNICAMP E UNESP CONTRA A REFORMA
DA PREVIDÊNCIA, DURANTE ATO ORGANIZADO PELA ADUSP NO DIA 10 DE JUNHO.

Obteve intensa repercussão o ato contra a PEC 40 realizado na USP no dia 10 de junho de 2003, organizado pelo Fórum das Seis com apoio do Fórum Paulista das Entidades em Defesa da Previdência Social (o qual reúne cerca de 20 associações e sindicatos do funcionalismo público). Diversos professores notáveis da USP, Unesp e Unicamp, além de sindicalistas e estudantes, usaram da palavra condenando de modo cabal a reforma da Previdência tal como proposta pelo governo.

Durante o ato foi lido pelo professor Ciro Correia, presidente da Adusp, e aprovado por aclamação pelos presentes, o "Manifesto de Alarme Contra a Proposta do Governo de Reforma da Previdência", que exige que a PEC

40 seja retirada do Congresso Nacional e defenda a Previdência social pública, universal e solidária.

Assinaram o Manifesto, entre outros, os professores Aziz Nacib Ab'Saber (USP e Unesp), Cândido Vieitez (Unesp), Carolina Bori (USP), Fábio Konder Comparato (USP), Francisco de Oliveira (USP), Marilena Chauí (USP), Octávio Ianni (Unicamp), Warwick Estevan Kerr (Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia-INPA), Wilson Cano (Unicamp), Ricardo Antunes (Unicamp). A íntegra do Manifesto e as assinaturas originais estão em www.adusp.org.br/previdencia/manifesto.htm.

Reproduzimos, a seguir, trechos de algumas das intervenções dos participantes do ato de 10/6.

FÁBIO KONDER COMPARATO

"Todo o peso da estabilização recai sobre as camadas mais pobres. Esta situação, no caso da Previdência, é frontalmente contrária à Constituição"

PROFESSOR TITULAR DA FACULDADE DE DIREITO DA USP. FOI UM DOS ADVOGADOS DE ACUSAÇÃO NO PROCESSO DE IMPEACHMENT DO ENTÃO PRESIDENTE FERNANDO COLLOR E UM DOS AUTORES DE UMA AÇÃO CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA COMPANHIA VALE DO RIO DOCE. PUBLICOU, ENTRE OUTROS LIVROS, *PARA VIVER A5 DEMOCRACIA*.

Não poderia deixar de estar presente aqui para manifestar minha opinião. Todos nós que elegemos Lula, e teimamos em manter até o último minuto a esperança de que esse governo seja bem-sucedido, não podemos deixar de lutar contra a colossal contradição que se instalou no governo. De um lado, é bom que se diga, temos uma política externa independente e democrática, como jamais ocorreu em toda a história política do Brasil. De outro lado, todo o peso da estabilização financeira e monetária recai sobre as camadas mais pobres da população. Esta si-

tuação, especificamente no caso da Previdência social, é, devo dizê-lo, frontalmente contrária à Constituição. Infelizmente, durante muito tempo negligenciamos o aperfeiçoamento desses instrumentos jurídicos de proteção do povo. Para a maioria de todos nós intelectuais, isso eram tecnicidades que não tinham muito sentido. Hoje nós vemos como o povo está desamparado.

Só vejo dois caminhos, ambos já minados pelo poder das classes dominantes. Em primeiro lugar, haveria necessidade de desenvolver-

mos um processo de referendo dessa reforma previdenciária. Nós sabemos que o governo tem maioria no Congresso e provavelmente vai conseguir aprovar na Câmara e no Senado tanto a reforma tributária quanto a previdenciária, mas nós deveríamos propor a realização de um referendo popular para ratificação dessas reformas. Precisamos fazer com que um terço da Câmara e um terço do Senado proponham a realização de um referendo para aprovação desses projetos. É preciso entender que a democracia essencialmente se funda na soberania popular e no respeito in-

tegral aos direitos humanos.

O direito à Previdência, à segurança social, é um direito fundamental, declarado como tal na Constituição, portanto nenhum órgão do Es-

tado tem competência para reduzir as garantias que foram estabelecidas na Constituição. Se este referendo não prosperar, temos o caminho da Ação Direta de Inconstituci-

onalidade. De qualquer maneira, vamos manter sempre a convicção e a esperança de que devemos atuar ligados ao povo e nunca a um partido político ou a uma maioria ocasional.

FRANCISCO DE OLIVEIRA

"É preciso dizer a que vem essa reforma da Previdência: se trata de negócios, companheiros! Deixemos de mistificações ideológicas, trata-se de negócios"

UM DOS FUNDADORES DO PT, FOI PROFESSOR TITULAR DE SOCIOLOGIA DA USP E PROFESSOR DE ECONOMIA DA PUC-SP ATÉ 1998, QUANDO SE APOSENTOU. É COORDENADOR DO CENTRO DE ESTUDOS DOS DIREITOS DA CIDADANIA DA FFLCH. PUBLICOU O ELO PERDIDO E ELEGIA PARA UMA RE(LI)GIÃO, ENTRE OUTRAS OBRAS. 5

É inacreditável que tenhamos que voltar a este terreno da USP, como voltar à praça pública, para defender o direito básico de trabalhadores. E eu cobro da CUT, aqui neste momento, o fato de que os trabalhadores públicos estão sendo demonizados como inimigos da Nação. É uma ironia amarga que tenha sido um governo saído do Partido dos Trabalhadores aquele que vai demonizar um dos pilares fundamentais da República no Brasil, que são os funcionários públicos.

É um milagre das oligarquias brasileiras que tenham transformado o

funcionário público no demônio da desigualdade, quando ele é exatamente o contrário: se algo de igualitarismo e de república existe no Brasil, deve-se em muito aos funcionários públicos, ao esforço de construir uma esfera pública na qual os interesses de classe são submetidos aos interesses comuns, ao bem estar geral.

Para ser breve, é preciso dizer a que vem essa reforma da Previdência: se trata de negócios, companheiros! E deixemos de mistificações ideológicas, trata-se de negócios. A Previdência vale mais do que todas as privatizações realizadas pelo gover-

no Fernando Henrique. É disso que se trata. E trata-se de uma ironia mais amarga que tenha sido um governo do Partido dos Trabalhadores aquele que vai jogar o destino dos trabalhadores públicos nas mãos do capital financeiro, sujeito à volatilidade e à especulação. É nossa obrigação voltar de novo a estes gramados, voltar de novo às ruas, fazer todos os movimentos, inclusive as sugestões do professor Fábio Comparato, para evitar esse verdadeiro assalto contra a República. É nossa obrigação e aqui eu espero que seja o início de uma caminhada que deve ser vitoriosa.

OCTÁVIO IANNI

"Todos devemos estar preparados para a tempestade que se anuncia com esses ventos"

PROFESSOR EMÉRITO DE SOCIOLOGIA DA UNICAMP E DA USP. PROFESSOR HONORIS CAUSA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E DA UNIVERSIDADE DE BUENOS AIRES. AUTOR DE VÁRIOS LIVROS, ENTRE OS QUAIS ESTADO E PLANEJAMENTO ECONÔMICO NO BRASIL E IMPERIALISMO NA AMÉRICA LATINA.

A universidade pública brasileira está vivendo mais uma crise. Está sendo mutilada, material, institucional e intelectualmente. O *ethos* universitário está sendo gravemente prejudicado pela atuação aberta e subreptícia das forças do mercado, de empresas privadas nacionais e transnacionais, de políticas do Banco Mundial com a cumplicidade dos governos brasileiros. Desde a ditadura militar dos anos 1964-85, continuando pelos governos civis, a universidade pública está sendo hostilizada,

satanizada e canibalizada.

São várias e fundamentais as instituições da sociedade brasileira que estão sendo mutiladas, devido à subserviência com que os governantes brasileiros, desde a ditadura militar, entregam-se gostosamente às políticas do neoliberalismo. O que acontece com o ensino, a saúde, a Previdência e o trabalho, ocorre também com a soberania nacional. Mas a triste realidade é que também este governo já se entregou gostosamente às diretrizes, às prá-

ticas e à ideologia do neoliberalismo.

O que o governo está semeando é uma tempestade. Todos devemos estar preparados para a tempestade que se anuncia com esses ventos. Essa será, muito provavelmente, a ocasião em que os diferentes setores, classes e grupos sociais subalternos, organizados e atuantes, encarregar-se-ão de "educar duramente o Estado", criando um novo e transparente metabolismo entre as tendências predominantes na sociedade civil e um outro e novo Estado.

WILSON CANO

"Não é verdade que a questão da reforma tenha como objetivo a resolução de um problema fiscal imediato. Isto é um engodo"

PROFESSOR TITULAR DE ECONOMIA NA UNICAMP. FOI PROFESSOR TITULAR EM CURSOS DA CEPAL, DE 1966 A 1980. PUBLICOU OS LIVROS SOBERANIA E POLÍTICA ECONÔMICA NA AMÉRICA LATINA E REFLEXÕES SOBRE O BRASIL E A NOVA (DES)ORDEM INTERNACIONAL.

Ao invés de estarmos hoje vivendo o sonho da reconstrução, estamos vivendo como que um verdadeiro pesadelo. As finanças públicas constituem um saco de mágico. Durante to-

dos esses anos, os vários governos foram tirando os coelhos possíveis. E sobraram dentro desse saco só coelhos muito complicados de serem tocados. O grande chama-se recei-

tas vinculadas, saúde e educação, e o governo não pode meter a mão nesse dinheiro. Tem outro dinheiro sagrado, intocável, que é o dinheiro dos juros dos banqueiros. E o que no passado

nós imaginávamos que dificilmente seria tocado, que é o dinheiro do pagamento dos funcionários públicos da ativa e inativos. Na verdade só restou ao governo agora passar o caco de telha nos gastos da Previdência pública federal. É o que sobrou. Não há mais coelhos nessa cartola.

O governo contou com o velho preconceito da classe média, e incutiu esse preconceito muito bem na classe operária, nos comerciários, nos bancários, tentando mostrar sempre o funcionário público com aquela imagem do estúpido barnabé ou da gostosona, da Maria Candelária. Por isso a condução da reforma da Previdência, ao contrário do que desejaríamos, está avançando a passos largos, e vai ser extremamente difícil para nós fazer algum retoque substancial nesse maldito projeto.

Mas esse reajuste será insuficiente, dado que não é verdade que a questão da reforma tenha como objetivo a resolução de um problema fiscal imediato. Isto é um engodo. O crescimento adicional de renda que ela vai proporcionar ou está automaticamente comprometido com os novos aumentos da aposentadoria, ou gerará um pequeno acréscimo na receita incapaz de dar ao menos um respiro. Vai sobrar o quê? Vai sobrar passar àquelas verbas vinculadas de uma forma camuflada. Qual é a forma camuflada? É a "focalização", que já vem recebendo documentos oficiais do Ministério da Fazenda. Tentando implantar no

Brasil o receituário do Banco Mundial. E com isso eu afirmo perante a opinião pública que continuo a realizar gastos sociais.

O que tem essa reforma de verdade e o que tem essa reforma de mentira? Primeiro se infligiu à mídia o número astronômico de que o gasto era de R\$ 75 bilhões. Esse é o primeiro engodo. Esse número tem que ser dividido em três partes: R\$ 17 bilhões eles atribuem ao INSS, R\$ 39 bilhões atribuem ao governo federal, e o restante aos governos estaduais e municipais. São três os problemas, e de naturezas diversas. É portanto uma impropriedade este governo e esta mídia juntarem esses três animais em uma só jaula. Se metade da dívida de R\$ 160 bilhões fosse cobrada, e se a ela fossem aplicados os juros que damos prazerosamente ao sistema financeiro (26,5%, que é um escândalo), daríamos ao INSS mais R\$ 22 bilhões por ano.

Mais ainda, com o artifício da desvinculação das receitas orçamentárias federais, que faz o governo? Ele separa 20% de tudo o que entra no Tesouro Nacional, seja dinheiro marcado, seja dinheiro não marcado. No final do ano, ele transfere ao INSS, rotulando esse dinheiro como transferência do governo federal, como se estivesse tapando o buraco da Previdência Social. Ora, meu Deus do céu O orçamento da Previdência social foi superavitário no ano passado em R\$ 33 bilhões, e esses R\$ 33

bilhões deveriam ser aplicados portanto na Previdência, não para déficit, porque não existe sistema previdenciário no planeta que seja superavitário. Seria aliás um contra-senso, que existisse sistema previdenciário que fosse superavitário. Esse déficit portanto é um engodo.

Ontem estive num debate com o Ministro, e tive o prazer de dizer a ele: "Ministro, cuidado, porque no projeto vocês elevaram o teto do INSS mas não constituíram nenhum fundo de acumulação. Vocês vão fazer com esse dinheiro como todos os governos anteriores, que nunca constituíram um fundo de acumulação para o INSS?", e aí dei a receita: "Ministro, pegue esse dinheiro e aplique durante 14 anos, pague a ele apenas um terço do que vocês pagam aos banqueiros, ou seja, dê 5% de juros reais, que em 14 anos acaba o 'déficit' do INSS. Sem fazer nenhuma reforma. Sem mexer na Previdência pública federal".

Estamos caminhando infelizmente para um projeto de reforma previdenciária que, se vingar do jeito que está, estaremos produzindo um novo sistema perverso de regressão na distribuição de renda nesse país. Uma figura fantasmagórica, Robin Hood às avessas, travestido, que não rouba dos ricos para dar aos pobres, que não tira da classe média para dar aos pobres, mas que vai tirar da classe média para dar ao sistema financeiro a absoluta garantia de que todas as dívidas serão pagas.

WARWICK KERR

"Para onde vai esse dinheiro que vão tirar da gente, será que é para os mais pobres? Não. A proposta do Lula é altamente capitalista"

Biólogo geneticista, foi professor da USP, Unesp, UFU e UFMA. Foi reitor da UEMA, diretor do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), presidente da SBPC e o primeiro diretor científico da Fapesp. É membro da National Academy of Sciences (EUA).

Quería fazer aos caros colegas uma confissão. Eu votei no Lula três vezes. Se continuar como está não voto a quarta. O resultado grande, maléfico e terrível que eu vejo com a privatização da Previdência é que ela acaba com a aposentadoria integral. Mas isso será bom? Estamos assistindo a um processo de preparo de aposentadorias que, se consumado, fará drenar cérebros daqui para fora ou para a inatividade. É a destruição de uma parte importante do pensamento brasileiro.

A Previdência era integral e além disso qual é o contrato que o Lula fez com a gente? O que ele encontrou? Encontrou a Previdência integral e a paridade entre ativos e aposentados. Isso

aí me tem feito um bem que vocês nem imaginam, não parei de trabalhar um minuto. Depois dos 70 anos, a aposentadoria é compulsória. Mas várias universidades, e a minha também, e aqui também, fizeram um negócio lindo. Se o professor quiser trabalhar, ele pode usar as instalações, mas tem que usar um documento de que ele jamais requererá o dinheiro do seu trabalho. Ele trabalha de graça mesmo. É o meu caso. Que gostoso que é trabalhar de graça. Aposentei-me aos 70 anos, ou seja, estou há 11 anos com trabalho de graça para a universidade. E assim estão muitos outros, já ouvi falar do Aziz, Pavan, Frota-Pessoa etc, são pessoas

que trabalham de graça há bastante tempo.

A pergunta que a gente faz é para onde vai esse dinheiro que vão tirar da gente, será que é para os bolsos dos trabalhadores mais pobres, para resolver os enormes problemas sociais do país? Não. A proposta do Lula é altamente capitalista. Vai para fundos de capitalização organizados por banqueiros ou sindicatos, mas em ambos os casos o dinheiro irá para a especulação financeira mais rentável, quer dizer, aquela que mais explora os trabalhadores e o país. E de vez em sempre a especulação leva à quebra e os fundos de pensão também viram pó. É o caso da Capemí.

MARILENA CHAUI

"Precisamos impedir o colapso, o fracasso e a direitização de um governo de esquerda que está lá porque nós o construímos"

PROFESSORA TITULAR DE FILOSOFIA DA USP. FOI SECRETÁRIA MUNICIPAL DE CULTURA DA PREFEITURA DE SÃO PAULO ENTRE 1989 E 1992. *O QUE É IDEOLOGIA, BRASIL - MITO FUNDADOR E SOCIEDADE AUTORITÁRIA E CONFORMISMO E RESISTÊNCIA* ESTÃO ENTRE OS DIVERSOS LIVROS DE SUA AUTORIA.

Tenho muito pouco a acrescentar ao que foi dito. A exposição do Wilson Cano foi decisiva porque muito impressionante. Podemos levantar duas questões. A primeira, tal como foi abordada pelo Comparato, é por quê, não sendo necessária esta reforma (uma reforma sim, mas não esta), e sendo Inconstitucional, por que é que ela está sendo feita. E levar em conta o que diz o Chico de Oliveira, que essa reforma rende mais do que qualquer privatização feita no governo Fernando Henrique e portanto está ligada a uma negociata. Isso para nós petistas é de uma gravidade sem precedentes, porque nos força a deslocar a discussão do campo econômico e do campo político e do campo ideológico para o campo ético puro e simples. Quando me preparei para dizer o que ia dizer, o Wilson Cano e o Chico ainda não tinham falado. Mas não mudei de opinião quanto a algumas coisas que vou dizer aqui.

Podemos dizer que, do ponto de vista de um governo petista, o primeiro equívoco foi tomar como prioritário um tema que pertencia à agenda do Fernando Henrique. Fosse qual fosse o conteúdo dessa reforma, foi totalmente equivocado do ponto de vista político considerar que para um governo petista as prioridades são as prioridades da agenda de um governo tucano. Você não poderia, do ponto de vista da política entendida como

operação com símbolos, propor como primeira reforma do seu governo aquilo que era a agenda prioritária do governo adversário que você derrotou.

Há um segundo equívoco gravíssimo. Ao propor esta reforma o governo abriu uma brecha que tende a se tornar um verdadeiro abismo que o separa de uma base social e política fundamental. Essa base política construiu, junto com outros, o Partido dos Trabalhadores e se organizou como oposição no interior da sociedade. Essa base política elegeu esse governo e está sendo afastada desse governo. Então, a reforma produz um corte político entre o governo e uma base de sustentação essencial, que será de gravíssimas consequências para o futuro.

O terceiro equívoco é também no nível da ordem simbólica da política, é de *timing*, na medida em que o governo nos diz que ao encontrar o país se desmanchando com uma geléia e uma expectativa nacional e internacional de que o país estava acabado de maneira mais terrível do que a Argentina, e que os covéis disso seriam os petistas, houve a decisão de fazer o que eles chamam de reversão de expectativas, e demonstrar que o país não quebraria nas mãos do PT. Sabemos o preço de fazer isso, todos nós sabemos. Ora, no instante mesmo em

que o governo julga necessário reverter expectativas dos organismos internacionais e da classe dominante brasileira, ele não pode fazer uma proposta de reforma previdenciária na qual anula o pólo antagonico, isto é, o pólo trabalhador.

Esta reforma é um enorme equívoco do governo. Abre uma contradição entre a sua proposta afirmada de inclusão e cidadania e uma proposta efetivada de exclusão. Então eu penso que mais do que nunca nós estamos convocados a uma ação política, temos a tarefa política de fazer isso para que efetivamente o governo de esquerda que nós elegemos possa se realizar. Penso que nossa tarefa de crítica, de contestação, de esclarecimento, de informação, de retomada no plano racional, político e técnico dessa questão é um dever histórico que temos, é uma tarefa política indeclinável, porque da nossa ação com relação a essa primeira exposição social do governo, do resultado da nossa ação, depende o que vai acontecer com o restante desse governo. É uma hora muito grave, estou sugerindo a nossa responsabilidade histórica de impedir o colapso, o fracasso e a direitização de um governo de esquerda que está lá porque nós o construímos. Esse governo não pode começar com uma negociata. Não foi para isso que trabalhamos durante 30 anos.

INFORMAÇÕES SOBRE A GREVE EM NOSSO SITE

O site da ADUFPB publica, diariamente, informações atualizadas sobre a greve dos docentes na Paraíba e em outros estados.

Acesse www.adufpbjp.com.br, e fique por dentro de todas as notícias do comando de greve local.

E-mail

A ADUFPB está enviando, via e-mail, informes e convocações do comando de greve local. Atualize ou cadastre seu e-mail por telefone (243-1212) ou em nossa Secretaria.



DEPUTADOS VOTARAM A FAVOR DA REFORMA DA PREVIDÊNCIA

| | | |
|---|--|---|
| RR - Alceste Almeida (PMDB-RR) Almir Sá (PL-RR) Dr. Rodolfo Pereira (PDT-RR) Luciano Castro (PL-RR) - Maria Helena (PMDB-RR) Pastor Frankembergen (PTB-RR) | CE Almeida de Jesus (PL-CE) Aníbal Gomes (PMDB-CE) Antonio Cambraia (PSDB-CE) Ariosto Holanda (PSDB-CE) Arnon Bezerra (PSDB-CE) Bismarck Maia (PSDB-CE) Eunício Oliveira (PMDB-CE) Inácio Arruda (PCdoB-CE) José Linhares (PP-CE) José Pimentel (PT-CE) Léo Alcântara (PSDB-CE) Leônidas Cristino (PPS-CE) Manoel Salviano (PSDB-CE) Mauro Benevides (PMDB-CE) Pastor Pedro Ribeiro (PTB-CE) Roberto Pessoa (PL-CE) Rommel Feijó (PSDB-CE) | PE Ricardo Fiuza (PP-PE) Roberto Freire (PPS-PE) Roberto Magalhães (PTB-PE) Severino Cavalcanti (PP-PE) |
| AP Antonio Nogueira (PT-AP) Coronel Alves (PL-AP) Davi Alcolumbre (PDT-AP) Hélio Esteves (PT-AP) Janete Capiberibe (PSB-AP) / Valdenor Guedes (PP-AP) | PI Vicente Arruda (PSDB-CE) Átala Lira (PSDB-PI) B. Sá (PPS-PI) Ciro Nogueira (PFL-PI) Marcelo Castro (PMDB-PI) Moraes Souza (PMDB-PI) Nazareno Fonteles (PT-PI) Paes Landim (PFL-PI) | AL Benedito de Lira (PP-AL) Givaldo Carimbão (PSB-AL) / João Caldas (PL-AL) Maurício Quintella Lessa (PSB-AL) / Olavo Caiheiros (PMDB-AL) Afonso Camargo (PSDB-PR) |
| PA Ann Pontes (PMDB-PA) - Jader Barbalho (PMDB-PA) José Priante (PMDB-PA) Josué Bengtson (PTB-PA) Paulo Rocha (PT-PA) Raimundo Santos (PL-PA) Zé Geraldo (PT-PA) Zé Lima (PP-PA) Zequinha Marinho (PTB-PA) | RN Fátima Bezerra (PT-RN) Henrique Eduardo Alves (PMDB- RN) Lavoisier Maia (PSB-RN) Múcio Sá (PTB-RN) Sandra Rosado (PMDB-RN) | PR André Zacharow (PDT-PR) Assis Miguel do Couto (PT-PR) Cezar Silvestri (PPS-PR) Chico da Princesa (PL-PR) Colombo (PT-PR) Dilceu Sperafico (PP-PR) Dr. Rosinha (PT-PR) Dra. Clair (PT-PR) Giacobo (PL-PR) Hermes Parcianello (PMDB-PR) Iris Simões (PTB-PR) José Borba (PMDB-PR) José Carlos Martínez (PTB-PR) José Janene (PP-PR) Max Rosenmann (PMDB-PR) Moacir Micheletto (PMDB-PR) Nelson Meurer (PP-PR) Odílio Baibinotti (PMDB-PR) Oliveira Filho (PL-PR) Osmar Serraglio (PMDB-PR) Paulo Bernardo (PT-PR) Selma Schons (PT-PR) Takayama (PSB-PR) / |
| AM Átala Lins (PPS-AM) Carlos Souza (PL-AM) Francisco Garcia (PP-AM) Humberto Michiles (PL-AM) Lupércio Ramos (PPS-AM) Sílas Câmara (PTB-AM) Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) | RN Fátima Bezerra (PT-RN) Henrique Eduardo Alves (PMDB- RN) Lavoisier Maia (PSB-RN) Múcio Sá (PTB-RN) Sandra Rosado (PMDB-RN) | SC Adeloir Vieira (PMDB-SC) Carlito Meress (PT-SC) João Matos (PMDB-SC) João Pizzolatti (PP-SC) Jorge Boeira (PT-SC) Luci Choinacki (PT-SC) Vignatti (PT-SC) |
| RO Agnaldo Muniz (PPS-RO) Anselmo (PT-RO) Confúcio Moura (PMDB-RO) Eduardo Valverde (PT-RO) Marinha Raupp (PMDB-RO) Miguel de Souza (PL-RO) Nilton Capixaba (PTB-RO) | PB Adauto Pereira (PFL-PB) Benjamin Maranhão (PMDB-PB) Carlos Dunga (PTB-PB) Enivaldo Ribeiro (PP-PB) Inaldo Leitão (PL-PB) Luiz Couto (PT-PB) Marcondes Gadelha (PTB-PB) Philemon Rodrigues (PTB-PB) Ricardo Rique (PL-PB) Wellington Roberto (PL-PB) Wilson Santiago (PMDB-PB) | RS Adão Pretto (PT-RS) Ary Vanazzi (PT-RS) Beto Albuquerque (PSB-RS) / Darcisio Perondi (PMDB-RS) Érico Ribeiro (PP-RS) Henrique Fontana (PT-RS) Maria do Rosário (PT-RS) Milton Cardias (PTB-RS) Nelson Proença (PPS-RS) Orlando Desconsi (PT-RS) Oswaldo Biotchi (PMDB-RS) Pastor Reinaldo (PTB-RS) Paulo Gouvêa (PL-RS) Paulo Pimenta (PT-RS) Tarcisio Zimmermann (PT-RS) |
| AC Henrique Afonso (PT-AC) João Tota (PP-AC) Nilson Mourão (PT-AC) Perpétua Almeida (PCdoB-AC) Ronivon Santiago (PP-AC) Zico Bronzeado (PT-AC) | PE Armando Monteiro (PTB-PE) Carlos Eduardo Cadoca (PMDB- PE) Eduardo Campos (PSB-PE) / Fernando Ferro (PT-PE) Gonzaga Patriota (PSB-PE) / Joaquim Francisco (PTB-PE) José Chaves (PTB-PE) José Mendonça Bezerra (PFL-PE) José Múcio Monteiro (PTB-PE) Luiz Piauhyfino (PSDB-PE) Maurício Rands (PT-PE) Miguel Arraes (PSB-PE) / Oswaldo Coelho (PFL-PE) Pastor Francisco Olímpio (PSB-PE) / Pedro Corrêa (PP-PE) Renildo Caiheiros (PCdoB-PE) | SE Helene Silva (PL-SE) Jackson Barreto (PTB-SE) Jorge Alberto (PMDB-SE) Machado (PFL-SE) Mendonça Prado (PFL-SE) |
| TO Darci Coelho (PFL-TO) Eduardo Gomes (PSDB-TO) Homero Barreto (PTB-TO) Maurício Rabelo (PL-TO) Pastor Amarildo (PSB-TO) / Ronaldo Dimas (PSDB-TO) | | |
| MA Antonio Joaquim (PP-MA) César Bandeira (PFL-MA) Clóvis Fecury (PFL-MA) Costa Ferreira (PFL-MA) Dr. Ribamar Alves (PSB-MA) Gastão Vieira (PMDB-MA) Luciano Leitoa (PDT-MA) Neiva Moreira (PDT-MA) Pedro Fernandes (PTB-MA) Pedro Novais (PMDB-MA) Samey Filho (PV-MA) | | |

MG
Athos Avelino (PPS-MG)
Cabo Júlio (PSB-MG) /
Carlos Mota (PL-MG)
Carlos Willian (PSB-MG) /
Custódio Mattos (PSDB-MG)
Dr. Francisco Gonçalves (PTB-MG)
Edmar Moreira (PL-MG)
Eduardo Barbosa (PSDB-MG)
Fernando Diniz (PMDB-MG)
Geraldo Thadeu (PPS-MG)
Gilmair Machado (PT-MG)
Herculano Anghinetti (PP-MG)
Ibrahim Abi-Ackel (PP-MG)
Isaias Silvestre (PSB-MG) /
Ivo José (PT-MG)
Jaime Martins (PL-MG)
João Magalhães (PTB-MG)
João Magno (PT-MG)
João Paulo Gomes da Silva (PL-MG)
José Santana de Vasconcelos (PL-MG)
Júlio Delgado (PPS-MG)
Lael Varela (PFL-MG)
Leonardo Mattos (PV-MG)
Leonardo Monteiro (PT-MG)
Lincoln Portela (PL-MG)
Marcelo Siqueira (PMDB-MG)
Maria do Carmo Lara (PT-MG)
Mário Assad Júnior (PL-MG)
Mário Heringer (PDT-MG)
Mauro Lopes (PMDB-MG)
Narciso Rodrigues (PSDB-MG)
Odair (PT-MG)
Osmânio Pereira (sem partido-MG)
Patrus Ananias (PT-MG)
Paulo Delgado (PT-MG)
Reginaldo Lopes (PT-MG)
Roberto Brant (PFL-MG)
Romel Anizio (PP-MG)
Romeu Queiroz (PTB-MG)
Saraiva Felipe (PMDB-MG)
Sílas Brasileiro (PMDB-MG)
Virgílio Guimarães (PT-MG)
Vittorio Mediolí (PSDB-MG)

ES
Feu Rosa (PP-ES)
Iriny Lopes (PT-ES)
José Carlos Elias (PTB-ES)
Manato (PDT-ES)
Marcelino Fraga (PMDB-ES)
Marcus Vicente (PTB-ES)
Neucimar Fraga (PL-ES)
Renato Casagrande (PSB-ES) /

BA
Antônio Carlos Magalhães Neto (PFL-BA)
Aroldo Cedraz (PFL-BA)
Claudio Cajado (PFL-BA)
Colbert Martins (PPS-BA)
Coriolano Sales (PFL-BA)
Daniel Almeida (PC do B-BA)
Edson Duarte (PV-BA)
Fábio Souto (PFL-BA)
Félix Mendonça (PTB-BA)
Fernando de Fabinho (PFL-BA)
Gerson Gabrielli (PFL-BA)
Guilherme Menezes (PT-BA)
Jairo Carneiro (PFL-BA)
João Almeida (PSDB-BA)
João Carlos Bacelar (PFL-BA)

João Leão (PL-BA)
Jonival Lucas Junior (PTB-BA)
José Carlos Araújo (PFL-BA)
José Rocha (PFL-BA)
Josias Gomes (PT-BA)
Jutahy Junior (PSDB-BA)
Luiz Alberto (PT-BA)
Luiz Bassuma (PT-BA)
Luiz Carreira (PFL-BA)
Marcelo Guimarães Filho (PFL-BA)
Mário Negromonte (PP-BA)
Milton Barbosa (PFL-BA)
Nelson Pellegrino (PT-BA)
Paulo Magalhães (PFL-BA)
Pedro Irujo (PFL-BA)
Reginaldo Germano (PFL-BA)
Robério Nunes (PFL-BA)
Severiano Alves (PDT-BA)
Zelinda Novaes (PFL-BA)
Zezéu Ribeiro (PT-BA)

RJ
Alexandre Cardoso (PSB-RJ) /
Alexandre Santos (PP-RJ)
Almerinda de Carvalho (PSB-RJ) /
Almir Moura (PL-RJ)
André Luiz (PMDB-RJ)
Antonio Carlos Biscaia (PT-RJ)
Bispo Rodrigues (PL-RJ)
Carlos Santana (PT-RJ)
Dr. Heleno (PSDB-RJ)
Edson Ezequiel (PSB-RJ) /
Elaine Costa (PTB-RJ)
Fernando Gabeira (PT-RJ)
Fernando Gonçalves (PTB-RJ)
Francisco Dornelles (PP-RJ)
João Mendes de Jesus (PSL-RJ)
Jorge Bittar (PT-RJ)
José Divino (PMDB-RJ)
Leonardo Picciani (PMDB-RJ)
Lindberg Farias (PT-RJ)
Luiz Sérgio (PT-RJ)
Paulo Baltazar (PSB-RJ) /
Paulo Feijó (PSDB-RJ)
Reinaldo Betão (PL-RJ)
Renato Cozzolino (PSC-RJ)
Roberto Jefferson (PTB-RJ)
Sandro Matos (PSB-RJ) /
Simão Sessim (PP-RJ)
Vieira Reis (PMDB-RJ)

SP
Alberto Goldman (PSDB-SP)
Aldo Rebelo (PCdoB-SP)
Aloysio Nunes Ferreira (PSDB-SP)
Arlindo Chinaglia (PT-SP)
Bispo Wanderval (PL-SP)
Cláudio Magrão (PPS-SP)
Angela Guadagnin (PT-SP)
Delfim Netto (PP-SP)
Devanir Ribeiro (PT-SP)
Dimas Ramalho (PPS-SP)
Dr. Evilásio (PSB-SP) /
Dr. Hélio (PDT-SP)
Durval Oratio (PT-SP)
Gilberto Nascimento (PSB-SP) /
Iara Bernardi (PT-SP)
Jamil Murad (PCdoB-SP)
Jefferson Campos (PSB-SP) /
João Herrmann Neto (PPS-SP)
José Eduardo Cardozo (PT-SP)

José Mentor (PT-SP)
Júlio Semeghini (PSDB-SP)
Luciano Zica (PT-SP)
Luiz Antonio Fleury (PTB-SP)
Luiz Eduardo Greenhalgh (PT-SP)
Marcelo Ortiz (PV-SP)
Mariângela Duarte (PT-SP)
Medeiros (PL-SP)
Michel Temer (PMDB-SP)
Milton Monti (PL-SP)
Nelson Marquezelli (PTB-SP)
Neuton Lima (PTB-SP)
Paulo Kobayashi (PSDB-SP)
Paulo Lima (PMDB-SP)
Professor Luizinho (PT-SP)
Ricardo Izar (PTB-SP)
Roberto Gouveia (PT-SP)
Robson Tuma (PFL-SP)
Rubineili (PT-SP)
Salvador Zimbaldi (PSDB-SP)
Telma de Souza (PT-SP)
Vadão Gomes (PP-SP)
Valdemar Costa Neto (PL-SP)
Vicente Cascione (PTB-SP)
Vicentinho (PT-SP)
Walter Feldman (PSDB-SP)
Zulaia Cobra (PSDB-SP)
Carlos Abicalá (PT-MT)
Pedro Henry (PP-MT)
Ricarte de Freitas (PTB-MT)
Rogério Silva (PPS-MT)
Wellinton Fagundes (PL-MT)
Sigmaringa Seixas (PT-DF)
Wasny de Roure (PT-DF)
Carlos Alberto Léréia (PSDB-GO)
Rubens Otoni (PT-GO)
Sandes Júnior (PP-GO)
Sandro Mabel (PL-GO)
Roberto Balestra (PP-GO)
Neyde Aparecida (PT-GO)
Pedro Chaves (PMDB-GO)
Leandro Vilela (PMDB-GO)
Leonardo Vilela (PP-GO)
Antônio Carlos Biffi (PT-MS)
Antonio Cruz (PTB-MS)
Geraldo Resende (PPS-MS)
João Grandão (PT-MS)
Vander Loubet (PT-MS)

DEPUTADOS VOTARAM CONTRA A REFORMA DA PREVIDÊNCIA

| | | |
|--|--|--|
| MS Waldemir Moka (PMDB-MS) Murilo Zauith (PFL-MS) Nelson Trad (PMDB-MS) | Arolde de Oliveira (PFL-RJ) Bernardo Ariston (PSB-RJ) RR Francisco Rodrigues (PFL-RR) RR Sueley Campos (PP-RR) AP Dr. Benedito Dias (PP-AP) Eduardo Seabra (PTB-AP) PA Anivaldo Vale (PSDB-PA) Asdrubal Bentes (PMDB-PA) Babá (PT-PA) Nicias Ribeiro (PSDB-PA) Nilson Pinto (PSDB-PA) Vic Pires Franco (PFL-PA) Wladimir Costa (PMDB-PA) Zenaldo Coutinho (PSDB-PA) | Serafim Venzon (PSDB-SC) Zonta (PP-SC) RS Alceu Collares (PDT-RS) Cezar Schirmer (PMDB-RS) Eliseu Padilha (PMDB-RS) Enio Bacci (PDT-RS) Francisco Appio (PP-RS) Francisco Turra (PP-RS) José Ivo Sartori (PMDB-RS) Júlio Redecker (PSDB-RS) Kelly Moraes (PTB-RS) Luciana Genro (PT-RS) Luis Carlos Heinze (PP-RS) Mendes Ribeiro Filho (PMDB-RS) Onyx Lorenzoni (PFL-RS) Yeda Crusius (PSDB-RS) |
| GO Barbosa Neto (PMDB-GO) Enio Tatico (PTB-GO) João Fontes (PT-SE) João Campos (PSDB-GO) Jovair Arantes (PSDB-GO) Luiz Bittencourt (PMDB-GO) Professora Raquel Teixeira (PSDB-GO) Ronaldo Caiado (PFL-GO) Vilmar Rocha (PFL-GO) | AM Paudemey Avelino (PFL-AM) | SE Bosco Costa (PSDB-SE) Cleonânio Fonseca (PP-SE) |
| DF Alberto Fraga (PMDB-DF) José Rajão (PSDB-DF) José Roberto Arruda (PFL-DF) Osório Adriano (PFL-DF) | RO Casara (PSDB-RO) | MG Sérgio Miranda (PCdoB-MG) Ronaldo Vasconcellos (PTB-MG) Rafael Guerra (PSDB-MG) Márcio Reinaldo Moreira (PP-MG) José Militão (PTB-MG) Eliseu Resende (PFL-MG) Carlos Melles (PFL-MG) Cleuber Carneiro (PFL-MG) |
| MT Thelma de Oliveira (PSDB-MT) Wilson Santos (PSDB-MT) Celcita Pinheiro (PFL-MT) | AC João Correia (PMDB-AC) | ES Rose de Freitas (PSDB-ES) Nilton Baiano (PP-ES) |
| SP Vandertel Assis (PRONA-SP) Professor Irapuan Teixeira (PRONA-SP) Marcos Abramo (PFL-SP) Luiza Erundina (PSB-SP) Lobbe Neto (PSDB-SP) Luiz Carlos Santos (PFL-SP) Jovino Cândido (PV-SP) Ildéu Araujo (PRONA-SP) João Batista (PFL-SP) Edna Macedo (PTB-SP) Elimar Máximo Damasceno (PRONA-SP) Enéas (PRONA-SP) Gilberto Kassab (PFL-SP) Coraucci Sobrinho (PFL-SP) Dr. Pinotti (PMDB-SP) Carlos Sampaio (PSDB-SP) Amaldo Faria de Sá (PTB-SP) Amauri Robledo Gasques (PRONA-SP) Antonio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP) Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) | TO Kátia Abreu (PFL-TO) MA João Castelo (PSDB-MA) Nice Lobão (PFL-MA) Sebastião Madeira (PSDB-MA) Wagner Lago (PDT-MA) CE Gonzaga Mota (PSDB-CE) Moroni Torgan (PFL-CE) PI Júlio Cesar (PFL-PI) Promotor Afonso Gil (PCdoB-PI) Mussa Demes (PFL-PI) | BA Alice Portugal (PCdoB-BA) Geddel Vieira Lima (PMDB-BA) José Carlos Aleluia (PFL-BA) |
| RJ Rodrigo Maia (PFL-RJ) Ronaldo Cezar Coelho (PSDB-RJ) Maria Lucia (PMDB-RJ) Miriam Reid (PSB-RJ) Moreira Franco (PMDB-RJ) Nelson Bornier (PSB-RJ) Josias Quintal (PSB-RJ) Julio Lopes (PP-RJ) Laura Carneiro (PFL-RJ) Jair Bolsonaro (PTB-RJ) Jandira Feghali (PCdoB-RJ) Eduardo Cunha (PP-RJ) Eduardo Paes (PSDB-RJ) | RN Álvaro Dias (PDT-RN) Ney Lopes (PFL-RN) PE André de Paula (PFL-PE) Inocêncio Oliveira (PFL-PE) AL Helenildo Ribeiro (PSDB-AL) Rogério Teófilo (PFL-AL) José Thomaz Nonô (PFL-AL) PR Abelardo Lupion (PFL-PR) Eduardo Sciarra (PFL-PR) Luiz Carlos Hauty (PSDB-PR) Ricardo Barros (PP-PR) SC Edison Andrino (PMDB-SC) Gervásio Silva (PFL-SC) Leodegar Tiscoski (PP-SC) Paulo Afonso (PMDB-SC) Paulo Bauer (PFL-SC) | ABSTENÇÕES Chico Alencar (PT-RJ) João Alfredo (PT-CE) Raul Jungmann (PMDB-PE) Paulo Rubem Santiago (PT-PE) Mauro Passos (PT-SC) Walter Pinheiro (PT-BA) Ivan Valente (PT-SP) Orlando Fantazzini (PT-SP) Maninha (PT-DF) |

GRÉVE

Informativo do
Comando de
Greve da ADUFPB

UFPB, João Pessoa - Paraíba

23 de Julho de 2003 - Nº 02

A misteriosa Reforma da Previdência

ROBERTO MANGABEIRA UNGER

ROBERTO MANGABEIRA UNGER É PROFESSOR-TITULAR DA CÁTEDRA DE DIREITO DA UNIVERSIDADE DE HARVARD, NOS ESTADOS UNIDOS, E FOI COORDENADOR DA CAMPANHA DO CANDIDATO CIRO GOMES NA ÚLTIMA ELEIÇÃO PARA PRESIDENTE DA REPÚBLICA.

Por que empenhou o governo toda sua força em reforma da Previdência? Reforma que faz muito sentido à luz das idéias que circulam nos países do Atlântico norte, mas pouco sentido à luz das realidades do Brasil. Por mais que se repita que a Previdência está falida, estudo objetivo mostra o contrário. Não há rombo nas contas da Previdência, nem na Previdência dos servidores, nem na dos trabalhadores em geral, a não ser por manipulação contábil: isto é, se se debitam nas contas da Previdência, transferências sociais (como a chamada aposentadoria rural, que é ajuda, muito bem-sucedida, a pobres) ou retenções de fundos destinados a outros objetivos, como o de pagar juros da dívida pública.

Os Estados enfrentam problemas de peso com o regime previdenciário atual. Teriam de ser acertados dentro de renegociação, inclusive tributária, do pacto federativo. As dificuldades dos Estados, porém, não movem a reforma. São apenas aproveitadas para impô-la.

Como quase tudo no Brasil, a Previdência está cheia de injustiças. Eleger, porém, como a maior injustiça no país o tratamento especial de quem serve ao Estado e renuncia a algumas oportunidades em troca de outras garantias revela falta de realismo social e de equilíbrio moral. O desenvolvimento democratizante não pode começar com guerra contra a classe média nem com enfraquecimento das carreiras de Estado.

Há lugar para reforma da Previdência em projeto arrojado de soerguimento do Brasil. Só que exigiria a formação de regime público de capitalização que mobilizasse a poupança de longo prazo para o investimento de longo prazo, atenuando nossa dependência do capital estrangeiro.

Deu-se primazia a uma pseudo-reforma da Previdência por três razões. Em primeiro lugar, para demonstrar confiabilidade aos mercados financeiros.

Em segundo lugar, porque aos assessores que sopram nos ouvidos dos políticos falta ideário que não seja esse, de fiscalismo confuso sobre seus próprios alvos. O tempo que o movimento político vitorioso deveria ter usado para definir prioridades sérias foi gasto em truques de marketing. O vazio acabou preenchido por formulário universal e importado. Em terceiro lugar, porque, na pressa de desfazer-se de sua base tradicional nos setores organizados de classe média, demonizados como corporativistas, o governo do PT fabricou novo projeto de base: aliança, no estilo do bonapartismo tropical, entre os famintos e os endinheirados, entre os que não têm emprego e os que não precisam ter, contra os interesses do trabalho e da produção.

Tal é o fogaréu de ilusões em que se consomem precocemente a identidade e o poder de um governo de que o Brasil esperou e ainda espera tanto. Nada de subordinar as exigências da confiança financeira às necessidades da economia real. Nada de resgatar os dois terços de trabalhadores que penam no purgatório da informalidade, lutando para assegurar a todos carteira de trabalho. Nada de acabar com a prática dos governos de se acertarem, em troca de financiamento eleitoral, com os grandes empresários, que esvazia e corrompe a democracia brasileira. Nada de construir o ensino público de qualidade que daria olhos e asas a nosso engenho. Tudo "para inglês ver". Nada para brasileiro ser.

Publicado na Folha de São Paulo de 22.07.2003

O fio do novelo da Reforma da Previdência: os fundos complementares de pensão

APARECIDA RAMOS

APARECIDA RAMOS É DOUTORA EM SERVIÇO SOCIAL (UFRJ), COORDENADORA DO PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL (UFPB) E EX-PRESIDENTE DA ADUFPB (2000-2002). E-MAIL: maparame@uol.com.br

Em sua autobiografia (*Tempos Interessantes*), o historiador Eric Hobsbawm descreve as penúrias de seu avô no colapso econômico de 1929: investidor de um fundo de pensão privado, o velho viu as contribuições de uma vida inteira desaparecerem do dia para a noite, décadas de trabalho queimadas pelas incertezas da especulação.

Se nos perguntassem qual o efeito mais trágico da Reforma da Previdência não teríamos dúvida em afirmar que se trata do artigo 40 (parágrafo 14), que institui fundos complementares de pensão no serviço público brasileiro para aqueles cujos salários ultrapassarem o teto dos 2.400 reais. De alguma maneira, podemos decifrar o fio do novelo da reforma da previdência do governo Lula pela relação entre o desmonte do sistema previdenciário dos servidores públicos e os futuros fundos complementares de pensão. Entre todas as injustas medidas propostas - taxação dos inativos, redução em 70% do valor das pensões, regra de transição entre o antigo e o novo sistema pelo conceito de benefício médio das contribuições (e não pelo último salário da ativa), etc. -, a instituição de fundos complementares de aposentadoria tem valor estratégico. Há muitos interesses em jogo, ligados à reorganização das formas de propriedade e das relações de poder entre o capital, o trabalho e o Estado no

capitalismo contemporâneo.

Iremos tangenciar, doravante, aspectos pouco lembrados no presente debate da reforma da previdência, o que só vem denunciar a superficialidade do debate e o caráter "marqueteiro" da estratégia de comunicação do governo - um convencimento de tipo "emocional" (comparar a conquista do voto feminino com a proposta atual da reforma da previdência, além de misturar alhos e bugalhos, é uma farsa indigna dos valores universais de esquerda). Pois bem, caso prevaleça o modelo prescrito na emenda constitucional, de teto único dos setores público e privado, com valor nominal discrepante entre último salário de algumas carreiras públicas e os proventos de aposentadoria (caso das carreiras da magistratura, legislativo, fiscais da receita, professores universitários e outras) - única medida capaz de provocar uma corrida à previdência complementar -, o efeito de longo prazo será a deteriorização dos valores do teto garantido no sistema único de aposentadorias, pois as camadas médias da sociedade, como ocorre atualmente no sistema universal de saúde e também na escola pública do primeiro e segundo graus, tenderão a fortalecer seus respectivos *lobbies* corporativos, em lugar de reivindicar melhorias no sistema único. No plano mais incidentemente econômico,

tal como em outros lugares do mundo, haverá uma forte concorrência entre os fundos de pensão por mercados e investimentos lucrativos, não sendo afastada a possibilidade de os fundos mais capitalizados absorverem ou quebrarem os mais modestos (e, com a quebra, a insegurança na aposentadoria).

Devemos observar que desde os anos 70, lastreada na experiência do modelo norte-americano, tem havido uma pressão mundial no sentido de adotar duas formas de garantia das aposentadorias, uma individual e outra corporativa (ambas privadas): na primeira, vigente no Chile, o contribuinte abre uma conta-poupança individual em uma instituição financeira que se encarregará da capitalização dos recursos (no Brasil, a conta-poupança individual parece estar reservada ao setor privado); na segunda, como no caso dos bancos e empresas estatais na época do regime militar, temos um fundo corporativo fechado de contribuições dos assalariados, seguido de contrapartida patronal, também de capitalização (o fundo corporativo parece ser a forma escolhida pelo governo federal para o setor público).

Qual a razão da disseminação e da pressão? Certamente, o motivo básico não se refere ao desgastamento do sistema de repartição (no qual as novas gerações subsidiam as aposentadorias das ge-

HUMOR



Ilustração de GLAUCO - Reproduzida da Folha de S. Paulo - 22/07/2003

rações anteriores), em virtude de envelhecimento da população - daí o argumento da necessidade da adoção do sistema de capitalização individual ou corporativo -, nem aos desequilíbrios financeiros da previdência pública. Desculpas esfarrapadas. Ora, no sistema de capitalização ou de repartição, a questão da longevidade persiste (inclusive agravado se o sistema é de capitalização); quanto aos desequilíbrios da previdência pública, pior ainda, pois o sistema de seguridade social continuará bancando os atuais aposentados, bem como os passivos de transição do antigo sistema para o novo.

Nem longevidade nem desequilíbrio da previdência pública. A grande questão do *boom* dos fundos de pensão diz respeito às transformações no sistema financeiro internacional, especialmente as flutuações especulativas das taxas de juros e câmbio. Desse modo, os fundos de pensão devem ser considerados como *investimento de alto risco*, pois são recursos investidos nos mercados mundiais de capitais, ativos de que se desmancham no estouro de uma bolha financeira, como nos casos recentes - para fi-

car em dois exemplos - das fugas de capitais na crise do México (dezembro, 1994) e as desvalorizações das empresas de Internet na NASDAQ (2000).

Há uma propaganda sobre os fundos de pensão como suposto fenômeno de democratização do capitalismo e fomento da poupança interna em países dependentes como o Brasil. Falsificação. Os fundos de pensão não têm controle das alavancas que determinam o rumo da acumulação capitalista hoje. Comportam-se como brinquedos das determinações do capital financeiro. A poupança do trabalho, que deveria garantir o ciclo final da vida, metamorfoseia-se em puro capital especulativo, vira um fundo de aplicação financeira, jamais uma fonte segura de investimento produtivo capitalista visando a um projeto nacional. O que mais interessa aos administradores dos fundos de pensão corporativos, afora as bonificações individuais de riqueza e poder, é o retorno de curto prazo das aplicações, seja no financiamento da dívida pública, seja na compra (e venda) de ações.

Um otimista empedernido poderia argüir, em contraponto às opiniões do artigo, a possibilidade de intervenção do Estado brasileiro, no sentido de redirecionar os investimentos dos fundos, um ativismo mais ou menos semelhante às intervenções do governo Fernando Henrique no processo de privatização das estatais, embora com o diferencial de que os interesses privados dos tempos de FHC seriam substituídos pelos interesses públicos e o compromisso produtivista (de campanha, ao menos) do novo governo. Não há, porém, novas frentes de expansão produtiva em gestação. Mesmo os interesses privados, situados fora da mera especulação, estão limitados: a galinha dos ovos de ouro da transferência patrimonial do Estado brasileiro para o grande capital privado - em consórcio com os fundos de pensão -, efetuada por FHC, já foi feita no essencial, e não há novos negócios à vista.

Enfim, conceber os novos fundos como avalanche do desenvolvimento brasileiro, em curto, médio prazo e até longo prazo, trata-se de uma quimera, pois a macroeconomia de Palocci se encaminha no sentido do aprofundamento, e não do rompimento, da dependência financeira. Para acontecer uma mutação dos fundos de pensão no sentido de um processo virtuoso de acumulação produtiva, teria de haver o pressuposto de uma nova arquitetura financeira do capitalismo internacional - algo fora de cogitação enquanto perdurarem os interesses do império americano nas relações econômicas -, ou um corajoso ajuste brasileiro de rompimento com as restrições do mercado de capitais, no qual o país adotaria uma política econômica com um sistema de câmbio fixo, taxação dos capitais especulativos, baixas taxas de juros, prioridade ao mercado interno de consumo de massas, etc. Nem Pangloss acreditaria.

A proposta do Governo para a Reforma

COMO É HOJE

A PROPOSTA ORIGINAL

O NOVO ACORDO

S APOSENTADORIA INTEGRAL

• O funcionário público tem aposentadoria integral, ou seja, se aposenta com benefício igual a de seu último salário na ativa

• Acaba a aposentadoria integral dos servidores. O benefício será calculado pela média das contribuições dos últimos anos. O teto da aposentadoria para os futuros servidores será de R\$ 2.400

• O servidor atual poderá se aposentar com o último salário, respeitando os seguintes critérios: contribuição de 35 (homens) e 30 (mulheres) anos, além de 20 anos de carreira e 10 no cargo. Para os futuros servidores, a integralidade foi descartada

A IDADE MÍNIMA

• A idade mínima de aposentadoria para os que entraram no serviço público até 1998 é de 48 (mulheres) e 53 anos (homens). Para os demais, ela é de 55 e 60 anos, respectivamente

• A idade mínima passa a ser de 55 (mulheres) e 60 anos (homens). Os que se aposentarem antes terão redução de 5% do benefício para cada ano que faltar para a idade mínima de 48 (mulheres) e 53 (homens)

• Para ter direito ao benefício integral, o atual funcionário público terá de ter no mínimo 55 (mulheres) e 60 anos (homens). Para os novos, a idade mínima passa a ser de 65 (homens) e 60 (mulheres), mas sem o benefício da integralidade

A PARIDADE COM OS ATIVOS

• Hoje as aposentadorias são reajustadas no mesmo período e pelo mesmo índice aplicado aos salários da ativa (paridade)

• Acaba a paridade entre as aposentadorias e os salários dos ativos: as aposentadorias serão reajustadas pela inflação

• Fica mantida a paridade, ou seja, a obrigatoriedade de o governo estender os reajustes dos salários da ativa aos inativos. O mecanismo de reajuste, no entanto, não foi definido. A paridade não valerá para os novos servidores

G PENSÕES

• As pensões têm o mesmo valor da aposentadoria. O benefício é pago a cônjuges e filhos de até 21 anos no caso de morte do servidor

• As novas pensões terão uma redução de 30% em relação ao valor da aposentadoria ou salário do servidor da ativa

• Pelo acordo, as pensões de até R\$ 1.058 não sofrerão desconto. Acima disso, haverá redução de até 70%

S CONTRIBUIÇÃO DOS INATIVOS

• Não existe contribuição dos inativos e pensionistas

• Os já aposentados ou pensionistas pagarão 11% de contribuição sobre a parcela do benefício superior a R\$ 1.058 e os que se aposentarem ou obtiverem pensão após a reforma contribuirão com 11% sobre a parcela superior a R\$ 2.400

• Fica mantida a contribuição de inativos e pensionistas

NOTA DA ADUF

Parlamentares, como José Pimentel, e o presidente do PT, José Genoíno, dizem que será uma paridade parcial. O Governo pretende que a paridade só se aplique à parcela da aposentadoria que corresponda ao salário-base, com exclusão de gratificações e adicionais.

GRÊVE

Informativo do
Comando de
Greve da ADUFPB

UFPB, João Pessoa - Paraíba

13 de Agosto de 2003 - Nº 03

Programa de uma nova classe

A idéia é acabar com a pobreza e a desigualdade criando as instituições da desigualdade na sua forma mais avançada, o capital financeiro

FRANCISCO DE OLIVEIRA

FRANCISCO DE OLIVEIRA É PROFESSOR DE SOCIOLOGIA DA FACULDADE DE FILOSOFIA, CIÊNCIAS E LETRAS DA USP E COORDENADOR CIENTÍFICO DO CENTRO DE ESTUDOS DOS DIREITOS DA CIDADANIA DA USP (CENEDIC). É AUTOR DE *OS DIREITOS DO ANTIVALOR* (VOZES, 1998), ENTRE OUTROS.

A construção nacional brasileira não foi apenas interrompida. Já não somos mais o que sempre fomos, subdesenvolvidos. O subdesenvolvimento supunha uma espécie de contradição exposta, uma subordinação que deixava aberta a porta da transformação, aproveitando as brechas que a Segunda Revolução Industrial ainda propiciava. Com a financeirização e a revolução molecular-digital, desapareceu até mesmo a porta.

O NOME DA TRAGÉDIA. De nada serve agredir a realidade. Nos últimos dez anos, falsificamos o nome da tragédia como os neos que nada acrescentam: neo-liberalismo, neo-colonialismo, etc. Foi preciso que sobreviesse uma inédita vitória de um partido de esquerda no Brasil para nos mostrar que a caracterização estava muito aquém do real. Pois a vontade política na qual se colocou o acento da mudança está sendo enquadrada pelos rigores da nova forma do Capital. A caução popular da vitória eleitoral deu finalmente o acabamento de legitimação que faltava a uma operação política que, sem ela, aumentaria muito os custos da total perda da relevância do estado. FHC esbarrou

neste limite ao enfrentar a oposição do PT. Hoje esta barreira está sendo superada pelo adversário de ontem. Podem agora os novos governantes retomar a agenda das "reformas" em nome da justiça social, quer dizer, reiterar a desigualdade por meio de uma nova campanha contra o caráter republicano do Estado.

É preciso de uma vez por todas abandonar a fútil discussão sobre traições e cooptações, bem como a esperança vã de que, cumpridas certas exigências, abra-se de novo a porta para o desenvolvimento autônomo da nação. A surpresa deste começo de milênio é que o maior partido de esquerda do mundo, numa nação periférica, tenha se transformado no parceiro de uma operação de total encapsulamento da própria possibilidade de sua imensa novidade.

O século 20 assistiu à transformação gradativa da social-democracia de parceira da transição para o socialismo em elemento de funcionalização do Capital. Convenhamos que desta reversão resultou quando menos uma radical redução da desigualdade num mundo não utópico.

É verdade que um dos limites da social-democracia se deve à globalização, que lhe roubou justamente o espaço nacional como centro de gravitação da luta de classes transformadora. Mas a surpresa do milênio veio mesmo com a social-democracia periférica, que transitou para a funcionalização do Capital na sua escala global, sem ter cumprido antes a tarefa da redução radical da desigualdade. Por social-democracia periférica devemos entender o amplo arco social e político que engloba o PT e as formações de esquerda e o PSDB - sendo que chamar este último de social-democracia é mera "apelação" para o que ainda não foi compreendido. Digamos então que, se no caso da Europa a globalização travou a transição social democrata para o socialismo, no caso da periferia latino-americana, e brasileira muito especialmente, a social-democratização é ela mesma a globalização.

Daí a outra surpresa que nos reserva este início do milênio na periferia, outra subdesenvolvida, hoje uma formação social que perdeu a capacidade de escolha, de "seleção" e por isso exhibe a fratura exposta de uma revolução truncada. Está na hora

de reler A Nova Classe, de Milovan Djilas. É o que vem por aí.

"SUJEITOS MONETÁRIOS" - Observemos mais de perto a composição do bloco PT/PSDB. As capas mais altas do antigo proletariado converteram-se, em parte, no que Robert Reich chamou de "analistas simbólicos": são administradores de fundos da Previdência Complementar, oriundos das antigas empresas estatais, dos quais o mais poderoso é o Previ, dos funcionários do Banco do Brasil, ainda estatal; fazem parte de conselhos de administração, como o BNDES, a título de representantes dos trabalhadores. A última floração do Welfare brasileiro, que se organizou basicamente nas estatais, produziu tais fundos, e a Constituição de 1988 instituiu o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador), que é o maior financiador de capital de longo prazo no país, justamente operando no BNDES. Tal simulacro produziu o que Robert Kurs chamou de "sujeitos monetários": trabalhadores que ascendem a essas funções estão preocupados com a rentabilidade de tais fundos, que ao mesmo tempo financiam a reestruturação produtiva que produz desemprego. Sindicatos de Trabalhadores do setor privado também já estão organizando seus próprios fundos de previdência Complementar, na esteira daqueles das estatais. Ironicamente, foi assim que a Força Sindical conquistou o sindicato da então Siderúrgica Nacional, que era ligado à CUT, formando um "clube de investimento" para financiar a privatização da empresa. Ninguém perguntou depois o que aconteceu com as ações dos trabalhadores, que ou viraram pó ou foram açambarcadas pelo grupo Vicunha, que controla a Siderúrgica. É isso que explica recentes convergências pragmáticas entre o PT e o PSDB, o aparente paradoxo de que o governo de Lula realiza o programa de FHC, radicalizando-o: não se trata de equívoco, mas de uma verdadeira nova classe social, que se estrutura sobre, de um lado, técnicos e intelectuais *doublés* de banqueiros, núcleo duro do PSDB, e operários transformados em operadores de fundos de previdência, núcleo duro do PT.

HUMOR

RBorges



Ilustração de Ricardo Borges

A identidade dos dois casos reside no controle do acesso aos fundos públicos, no conhecimento do "mapa da mina".

"É O SOCIALISMO..." - A questão da formação dessa nova classe no capitalismo globalizado na periferia - embora Reich teorize principalmente sobre os fenômenos no centro dinâmico do sistema - deve ser mais perscrutada. De fato, tanto há um novo lugar da nova classe no sistema, sobretudo no sistema financeiro e suas mediações estatais, o que satisfaz um critério de classe de extração marxista, quanto há uma nova "experiência" de classe, segundo Thompson. Recentemente um ex-tesoureiro da CUT comemorou seu aniversário com executivos que chegaram ao local numa revoada de jatinhos. Essa "experiência", no entanto, é exclusiva, e não pode ser estendida aos trabalhadores; de fato já não se trata mais de trabalhadores. Efetivamente, no entanto, já haveria locais de frequentação da nova classe. Se nessa frequentação ela se mistura com as burguesias e seus executivos, isto não deve levar a confundí-los: seu "lugar na produção" é o controle do acesso ao fundo público, que não pe o "lugar" da burguesia. Em termos gramscianos também a nova classe satisfaz as exigências teóri-

cas: ela se forma exatamente num novo consenso sobre Estado e mercado. E, por último, é a luta de classes que faz a classe. Vale dizer, seu movimento se dá na apropriação de parcelas importantes do fundo público, e sua especificidade se marca exatamente aqui: não se trata de apropriar os lucros do setor privado, mas o lugar onde se forma parte desse lucro, vale dizer o fundo público.

Olhando de outro ângulo, a social-democratização periférica apresenta a peculiaridade de que os principais fundos de inversão e investimento são propriedades de trabalhadores. "É o socialismo", exclamaria alguém que ressuscitasse das primeiras décadas do século 20... Por conta desta miragem, teóricos americanos e ingleses tiveram a ousadia de falar num "capitalismo popular". Mal sabiam que estavam antecipando o programa da nossa nova classe, e nele, a pedra angular representada pela assim chamada Reforma da Previdência, a crença de que todos podemos ganhar, de que a Previdência, a crença de que todos podemos ganhar, de a Previdência contra-reformada criará os fundos complementares de propriedade do trabalhador, para acabar com o capitalismo... Ou seja, acabar com a pobreza e a desigualdade, criando as instituições da desigualdade na sua forma mais avançada, o capital financeiro.

Vandalismo ou desespero?

CARLOS GILDEMAR PONTES

CARLOS GILDEMAR PONTES É POETA, DOUTORANDO EM LITERATURA/UFPB E PROFESSOR DA UFCG/CAJAZEIRAS.

Em sete meses permaneci calado. Fiquei torcendo pelo ídolo da classe trabalhadora. Nós, tão pobres de heróis e com tantos ídolos forjados pela tela maravilhosa da tv ou do cinema, mas tão efêmeros, pois feitos de ilusão.

O Brasil precisou de quatro eleições seguidas para conduzir à Presidência da República um legítimo representante do povo. Os que pensam criticamente a nossa sociedade, e estavam ao lado de Lula, se sentiram premiados. Agora o Brasil seria de todos. Passou a festa da posse e deu-se início à ressaca da realidade. Nosso país, combatido de tanta exploração, sem resistir à recolonização pelos organismos representantes do Capital Internacional, submisso às políticas do Banco Mundial e do FMI, tinha um desejo coletivo de vingança, pelas mãos do Presidente "trabalhador", também explorado, um indivíduo com cheiro de povo que levava a crer que a esperança venceria o medo e a exploração iria acabar.

Ouvi muita gente na campanha dizer que o poder cega e iguala todos num mesmo saco de farinha. E eu, revoltado, defendia. É culpa do Capitalismo que impõe sacrifícios à maioria para o benefício dos mais ricos, sejam países, grupos econômicos ou famílias.

Já repararam na forma de abraçar e de sorrir do Presidente, tão diferente daquele candidato? E a sensação de poder? No discurso, há do abrandamento de posições à negação total do que foi defendido em campanha. O FHC mandou esquecer o que escreveu. Quando o Lula pedirá para esquecermos o que disse?

E ficamos diante da televisão pasmados, incrédulos lendo nos jornais, engolindo comparações do tipo ser "inadmissível um professor universitário se aposentar com 55 anos e um cortador de cana com 60". Lula, en-



Reprodução Folha de S. Paulo

tenda um princípio básico, a natureza de duas profissões não pode ser comparada. Eu até poderia estudar a técnica de cortar cana (se o salário fosse vantajoso), fazer mestrado em facção, doutorado em arrumação de cana e ser pós-doutor pela Universidade do Canavial, mas jamais seria um usineiro. Somos classes antagônicas, esqueceu companheiro? Ou poderia me alistar para juntar lixo no Rio de Janeiro, nenhum problema, ambas as profissões são dignas, indigno é o salário de quem as exerce. E não é por culpa do professor universitário. Mas, afinal, quem iria ensinar as nossas crianças para no futuro serem políticos, juristas e/ ou garis?

Volto ao título. Por ocasião do protesto dos servidores públicos, dia 06/08, contra a reforma da previdência, os noticiários taxaram os "servidores" que quebraram algu-

mas vidraças do Congresso de "baderneiros". O que levaria homens e mulheres a sair de suas casas para quebrar vidraças? Vandalismo ou desespero?

Se eu estivesse lá, o "companheiro" Presidente poderia usar em seus discursos um novo estigma para o professor universitário. Sugiro até a frase: Vamos limpar a Universidade desses professores vândalos. E eu, no meu desespero, mandaria você, meu Presidente, para umas aulinhas de como pagar empréstimos bancários a juros exorçantes; como livrar-se dos agiotas precisando deles; como comprar livros, manter um computador compatível com a atualidade do conhecimento; como escrever tese, assinar revista e jornal e, no dia da criança ser um pouco agradável apresentando os filhos, enfim, como não se desesperar, ser digno e não cair na tentação de jogar pedras?

TRAIADORES DO SERVIÇO PÚBLICO



Luiz Couto (PT)

Conheça os deputados que votaram pela aprovação da Reforma da Previdência e contribuíram para a precarização das Universidades Públicas Brasileiras

Salário de Deputado
R\$ 12.000,00 Por mês



Inaldo Leitão (PL)



Adauto Pereira (PFL)

Verba de Representação
 Contratação de gabinete e gastos do parlamentar
R\$ 47.000,00 Por mês



Wilson Santiago (PMDB)



Carlos Dunga (PTB)

Convocação Extraordinária
R\$ 24.000,00 Salário em Agosto
 Eles receberam o dobro do salário no mês de recesso



Benjamim Maranhão (PMDB)



Marcondes Gadelha (PTB)

Passagens Aéreas
R\$ 11.037,46 Por mês



Ricardo Rique (PL)

Aposentadoria Integral



Philemon Rodrigues (PTB)



Enivaldo Ribeiro (PP)



Wellington Roberto (PL)

Aprovado em Assembleia Geral

ELES VOTARAM CONTRA OS TRABALHADORES

Comando de Greve da ADUFPB

ADUFPB
 Sindicato dos Professores do Estado de Amapá